

## **Das ruas para o papel: as representações sobre as massas argentinas (1946-1955).**

Paulo Renato da Silva<sup>1</sup>.

Resumo: A partir da comparação entre a representação das massas pelo peronismo e por sua historiografia, este trabalho pretende demonstrar a proximidade com a qual diferentes grupos políticos, peronistas e não-peronistas, de direita e de esquerda, se posicionam perante as massas, no sentido de deslegitimar e controlar a sua participação política.

Palavras-chave: massas; política; intelectuais.

Abstract: The comparison between the discourse peronist and her historiography shows that the representation of the crowd is refusal and similar between politicians and intellectuals, between the right and the left.

Keywords: crowd; political; intellectuals.

### **Argentina: sociedade de massas?**

É comum a Argentina ser considerada uma sociedade de massas. Na política, na mídia, na literatura, na historiografia<sup>2</sup> e em outros âmbitos, a Argentina costuma aparecer como um caso especial, quando não raro, de participação de variados grupos sociais nos assuntos políticos, econômicos, sociais e culturais de um país. Ainda que o termo sociedade de massas seja empregado cada vez menos, os acontecimentos do final de 2001, que culminaram na queda do governo de Fernando de la Rúa, revitalizaram a idéia, apesar do crescente desinteresse dos argentinos, principalmente dos mais jovens, pela política, uma das principais conseqüências da prolongada crise vivida pelo país. Apesar desse desinteresse, o relato a seguir, sobre uma greve geral contra a política econômica e o Fundo

---

<sup>1</sup> Mestrando em História da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). E-mail: <parsi@zipmail.com.br>.

<sup>2</sup> Neste texto, historiografia deve ser entendida em termos amplos e contemplar, além de pesquisas históricas, trabalhos de sociologia, de ciência política e de outras áreas do conhecimento.

Monetário Internacional (FMI), ainda durante o governo de Fernando de la Rúa, impressiona:

Ontem não funcionaram os bancos, e o comércio teve nível reduzido de empregados. Hospitais atenderam em regime de plantão. Os trens do metrô circularam em esquema de emergência. Nos aeroportos, as empresas aéreas foram obrigadas a cancelar ou reprogramar os horários de seus vôos, prejudicando os passageiros.

Desde anteontem, os serviços de coleta de lixo estavam suspensos e a maioria das escolas (públicas e privadas) já não tiveram atividade, além de instituições públicas. Ontem, eram poucos os táxis circulando na capital argentina e mais raros os ônibus – as empresas acusaram manifestantes de danificarem centenas de veículos nas garagens. A impressão no centro de Buenos Aires, com ruas vazias, era de que o país passava por um feriado (DIAS, 2000, p. B3).

A Argentina começou a apresentar essa característica no começo do século XX. Nesses anos, os imigrantes europeus, influenciados, sobretudo pelo anarquismo, formaram e desenvolveram o movimento operário mais combativo da América Latina. O número de imigrantes foi tão expressivo que a Argentina apresentou, até o começo da década de trinta, a maior participação do mundo de imigrantes na população total de um país.

Além disso, nas décadas seguintes, milhares de migrantes, que passaram a pertencer aos grupos mais pobres dos centros urbanos do país, se tornaram uma das principais bases sociais do governo do presidente Juan Domingo Perón (1946-1955), que se apresentava como o verdadeiro representante das massas e dos interesses nacionais. A pressão desses migrantes por empregos e melhores condições de vida e trabalho fez com que alguns grupos políticos, temendo um aumento do já combativo movimento operário argentino, passassem a buscar legitimação nas massas e em suas aspirações, como demonstra, claramente, o discurso peronista. Nesse sentido, o governo de Perón consolidou uma legislação trabalhista, criou a Fundação Eva Perón de assistência social, controlada pela primeira-dama e aprovou o voto feminino, também sob o controle de Evita.

Por outro lado, o governo de Perón adotou uma série de medidas que visavam controlar a participação política das massas. Dentre essas medidas, destaca-se a sindicalização dos trabalhadores na Confederação Geral do Trabalho (CGT), aliada do governo. Por esse e outros motivos, apesar da forte presença, o grau de participação dos argentinos na política é, até os dias atuais, fruto de intensas discussões políticas e acadêmicas. Essa presença implica uma participação efetiva ou facilita a sua manipulação

por supostos defensores dos seus interesses? Se fosse realmente efetiva, a Argentina estaria em crise constantemente? Ou a situação dos argentinos poderia estar pior se não fosse essa presença na política do país? De acordo com Federico Neiburg, “(...) quando se atenta para as representações sobre a cultura e a sociedade na Argentina, algo diferente parece revelar-se: as imagens para falar dela sempre evocam mais a dicotomia do que o consenso” (1997, p. 14).

Este artigo não pretende discorrer sobre a validade do conceito sociedade de massas para a Argentina e, tampouco, sobre a pertinência do conceito de massas. Concentrando-se nos anos do governo de Perón e na sua historiografia, este artigo pretende questionar a dicotomia assinalada por Neiburg no que se refere ao posicionamento de diferentes grupos políticos perante as massas. A proximidade entre a representação das massas pelo peronismo e por outros grupos políticos demonstra a continuidade de uma política que visou – e ainda visa – deslegitimar e controlar a participação política dos argentinos:

As representações do mundo social (...), embora aspirem à universalidade de um diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses de grupo que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza (CHARTIER, 1990, p. 17).

### **A representação das massas pelo peronismo.**

La masa va adonde la conducen sus dirigentes (...).  
Juan Domingo Perón (1973, p. 104).

Não reputo verdadeira a velha sentença que afirma transitar um fluido magnético da multidão para o condutor e deste para a multidão.  
Eva Perón (p. 149)<sup>3</sup>.

Perón emergiu na política argentina no governo de Edelmiro Farrell (1944-1946), terceiro presidente a assumir depois do golpe militar de 1943. No governo de Farrell, Perón tornou-se Ministro da Guerra, Secretário do Trabalho e vice-presidente da Argentina.

---

<sup>3</sup> A obra de Eva Perón analisada é *A razão de minha vida*. Como explorou Horacio González em *Evita*, há controvérsias sobre a autoria do texto, pois se acredita que teria sido escrito sob encomenda. Contudo, a obra será analisada como correspondente ao pensamento de Eva Perón, pois, caso contrário, não teria sido publicada com sua autoria.

O golpe de 1943 procurou se legitimar como uma reação contra a política da década de trinta, marcada pela crise econômica, fraude, corrupção, repressão ao movimento operário e submissão da Argentina aos interesses externos, conseqüências da crise internacional do liberalismo provocada pela quebra da bolsa de valores de Nova Iorque em 1929. A economia argentina, muito dependente da exportação de produtos primários, como a carne, foi duramente atingida e, em meio ao aumento das tensões sociais, houve em 1930 um golpe de Estado que tornaria a década conhecida como infame<sup>4</sup>.

Ainda no rastro da crise do liberalismo, mas em um outro contexto, o golpe de 1943 se apresentou aos argentinos, então, como uma ruptura. Como Secretário do Trabalho, Perón começou a conquistar o apoio de sindicalistas e trabalhadores ao implantar várias leis trabalhistas, antiga reivindicação do movimento operário argentino. A implantação dessas leis somente foi possível graças ao acúmulo de divisas pela Argentina durante a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Para se ter uma idéia desse acúmulo, o país tinha, somente com a Grã-Bretanha, um crédito de aproximadamente 1 bilhão e 700 milhões de dólares (PRADO, p. 49). Maria Lígia Prado lembra de outro fator que possibilitou a implantação de leis trabalhistas por Perón:

(...) nos anos imediatamente posteriores à guerra, a América Latina em geral foi um alvo bastante secundário dos interesses do capitalismo internacional, preocupados fundamentalmente com a reconstrução da Europa Ocidental e do Extremo Oriente. Nessa medida, as indústrias latino-americanas, ainda que de pequeno porte, pareciam ter uma longa vida sem percalços e sem o enfrentamento da concorrência estrangeira (p. 49).

Em 1945, a oposição intensificou os protestos contra Perón. Em outubro, sindicatos opositores, vítimas de perseguições, estudantes e intelectuais descontentes com atitudes autoritárias e grupos patronais prejudicados com as leis trabalhistas, comemoraram, além da saída de Perón do governo, a sua prisão. No entanto, em 17 de outubro, uma grande concentração em frente da Casa Rosada pediu a sua libertação. A ditadura, enfraquecida, cedeu, libertou Perón e convocou eleições. A propaganda peronista usaria o 17 de outubro como o marco zero do peronismo e das massas na política argentina, como se tivessem sido guiadas pelas mãos de Perón e Evita.

---

<sup>4</sup> Vale destacar que a designação do período compreendido entre 1930 e 1943 como década infame foi usada pelo peronismo como uma forma de valorizar os anos do governo de Perón.

Em fevereiro de 1946, Perón foi eleito presidente. Um dos episódios mais decisivos para a sua vitória, apertada, foi o apoio do embaixador norte-americano Spruille Braden ao candidato José Tamborini, que ameaçava o seu favoritismo. A campanha de Perón passou, então, a associar Tamborini ao imperialismo<sup>5</sup>.

Em poucas palavras, Perón ascendeu ao poder em uma Argentina marcada pela prosperidade econômica e satisfação de uma expressiva parcela da população, o que contribuiu para o aumento do nacionalismo. Esses elementos são importantes para se compreender a consolidação do peronismo na política argentina. Como lembram Sigal e Verón, “(...) la acción política no es comprensible fuera del orden simbólico que la genera, y del universo imaginario que ella misma engendra dentro de un campo determinado de relaciones sociales” (1986, p. 13).

A crise do liberalismo foi caracterizada por um aumento do controle da sociedade pelo Estado, com o intuito de evitar uma crise como a de 1929 e de conter as tensões sociais. Nesse sentido, Eva Perón afirmou que era necessário “(...) aviar todos os pedidos – grandes ou pequenos – se não queríamos que o povo deixasse de ver em Perón o seu condutor” (p. 83). Sobre a necessidade de um relacionamento diferente entre os políticos e as massas, Perón destacou que quando “(...) *un conductor cree que ha llegado a ser un enviado de Dios, comienza a perderse. Abusa de su autoridad y de su poder; no respeta a los hombres y desprecia al pueblo. Allí comienza a firmar su sentencia de muerte*” (1973, p. 35). Como lembra Neiburg, o peronismo “(...) reivindicava como principal fonte de legitimação (...) a mobilização das ruas, a relação direta do líder com as massas” (1997, p. 176).

Nessas palavras de Evita e Perón está presente, além do intuito de conter as tensões sociais, o aumento do controle da sociedade pelo Estado, personificado em Perón. A preocupação de Evita e Perón em atender todos os pedidos e em respeitar aos homens está claramente relacionada com a preocupação em se manterem no poder. Para isso, o peronismo, além de personificar o Estado em Perón, representou o presidente como um salvador da Pátria, um messias que teria dividido a história argentina em antes e depois dele, apesar de Perón ter destacado, na passagem anterior, que um governante se perde quando se considera um enviado de Deus. É importante não esquecer do personalismo que

---

<sup>5</sup> Perón teve 1.527.231 votos e Tamborini 1.207.155.

ainda marca o peronismo. Nas palavras de Evita, antes de Perón, o “(...) povo gemia, privado de justiça, oprimido, negado. Países estranhos e forças internacionais jungiam-no a um domínio em nada dessemelhante à opressão colonial” (p. 52-53). Perón, por sua vez, colocou que cada um “(...) come más, viste mejor, vive más feliz y los capitalistas ganan más ahora que antes” (1973, p. 75). Assim, Perón seria uma necessidade da Argentina e das massas que, então, lhe seguiriam incondicionalmente, pois, sozinhas, não teriam conseguido fazer nada por si próprias e pelo país:

El prestigio asegura la libertad de acción del conductor mediante la subordinación voluntaria de todos los hombres que lo siguen y creen en él.  
Creyendo en él, él tiene su gente detrás y no necesita darse vuelta para comprobar si lo siguen o no; él sabe que lo siguen y que lo van a seguir (PERÓN, 1973, p. 264).

Ao colocar Perón como uma necessidade da Argentina e das massas, o peronismo pretendia criar uma fusão entre as massas, o presidente e a Argentina que lembra a Santíssima Trindade. Nesse sentido, Eva Perón colocou que “(...) quando afirmo nos meus discursos e nas minhas conversações que a causa de Perón é a causa do povo e que Perón é a Pátria e é o povo, nada mais faço do que dar uma prova irrecorrível de que tudo na minha vida está selado por um único amor” (p. 64). Sigal e Verón, por sua vez, analisam esse aspecto do discurso peronista da seguinte maneira:

*Bajo la mirada de Perón, los trabajadores se descubren como argentinos. Al observar, a su vez, las acciones de Perón, los trabajadores argentinos reconocen en él a uno de los suyos: es la mirada de los trabajadores la que transforma a Perón en el primer trabajador. En el punto imaginario de contacto entre las dos miradas se produce al mismo tiempo la doble trasmutación cuyo soporte, cuyo operador, es el cuerpo del líder: materialización de la conjunción así obtenida entre Patria, Nación, pueblo y trabajadores (1986, p. 47).*

No mesmo momento no qual tenta-se criar essa fusão entre as massas, Perón e a Argentina, ao representá-lo como trabalhador, a sua liderança é frisada: Perón não seria apenas mais um trabalhador, Perón seria o primeiro trabalhador argentino. Vale destacar, mais uma vez, que isso é característico do discurso político que se seguiu aos acontecimentos de 1929: por um lado, a tentativa de se aproximar das massas e de conter as tensões sociais e, por outro, o aumento do controle da sociedade pelo Estado.

Ainda nesse sentido, basta lembrar da representação de Perón como um messias. Evita chegou a comparar Perón com Jesus Cristo, o que é indicativo, também, de uma representação das massas como religiosas. Nas suas palavras, repetiu-se, “(...) sem variantes, o caso de Belém, ocorrido um bimilênio atrás: os primeiros a acreditarem haviam sido os humildes, os desamparados; não os ricos, não os sábios, não os poderosos” (p. 33-34). Ainda segundo Eva Perón, “(...) o novo Líder (...) falava dos valores do espírito. Ao invés de pregar o combate entre o capital e o trabalho, vinha exumar os velhos princípios esquecidos do cristianismo” (p. 112). Nesse ponto, o propósito de conter as tensões sociais é evidente.

Enfim, a personificação do Estado em Perón, suas representações como um salvador da Pátria, como a própria Pátria, como um messias e como o primeiro trabalhador argentino, evidenciam o pensamento do peronismo sobre as massas: elas devem e podem ser conduzidas. Perón deixou ainda mais clara essa idéia sobre as massas quando afirmou que se trata “(...) primero, de ORGANIZAR; segundo, de EDUCAR; tercero, de ENSEÑAR; cuarto, de CAPACITAR, y quinto, de CONDUCIR” (p. 32). Em Eva Perón, essa idéia tomou forma em outras palavras: “(...) não era nem sou nada mais do que uma humilde mulher... um pardal em um imenso bando de pardais... E Perón, o gigante que voa alto e seguro de seu vôo, por entre os cumes e muito perto de Deus” (p. 5).

Segundo o peronismo, os apelos ao líder, ao nacionalismo e à religião resultariam no apoio das massas, pois estas apresentariam uma homogeneidade que facilitaria a sua condução. Nesse sentido, Perón destacou que “(...) hay un “fluido magnético” que une a los hombres que están en una misma causa y les forma un espíritu similar (...)” (1973, p. 289). Eva Perón, por sua vez, afirmou que muitos “(...) homens reunidos são menos um complexo de almas individuais e separadas, do que uma só e única alma” (p. 149). Essa idéia, respaldada na psicologia social, considera que os indivíduos nas massas perdem a sua individualidade e o seu senso crítico, pois ficariam vulneráveis às opiniões da maioria e de uma liderança. Assim, falar com as massas seria como falar com uma única pessoa. Na segunda metade do século XIX, Gustave Le Bon, considerado o pai da psicologia social,

escreveu que o “(...) indivíduo na coletividade é um grão de areia no meio de outros grãos de areia, que o vento levanta, segundo o seu capricho” (1954, p. 11)<sup>6</sup>.

Além de apelar para o líder, o nacionalismo e a religião para obter o apoio das massas, seria preciso, segundo o peronismo, se apresentar junto delas com determinação. Dessa maneira, as massas se sentiriam bem representadas e não deixariam de apoiar o governo. Sobre esse ponto, Perón considerava que o “(...) conductor debe sentirse apoyado por una fuerza superior, vale decir, que debe tener una fe en sí mismo y un optimismo muy grande” (1973, p. 180). Eva Perón, por sua vez, defendia uma entrega fanática ao peronismo. “Sou peronista. Fanaticamente peronista” (PERÓN, p. 58).

Essa necessidade lembrada pelo peronismo de se apresentar perante as massas com determinação está relacionada com a idéia de que as massas seriam bastante suscetíveis aos sentimentos. Em outras palavras, as massas seriam mais emotivas do que racionais. Nesse sentido, Perón colocou que as “(...) masas no piensan, sienten” (1973, p. 285). Logo, Perón considerava que “(...) en la conducción no son sólo los valores materiales los que cuentan, y no es sólo la inteligencia del individuo la que actúa. Actúan también sus sentimientos (...)” (1973, p. 55). Eva Perón, querendo estabelecer uma identificação com as massas nesse aspecto, mencionou que “(...) nesta torrente de acontecimientos de que participo, deixo-me levar, as mais das vezes, antes pelo sentimento do que pela razão” (p. 11).

Como sentimentos, Perón e Evita destacavam, além dos mencionados nacionalismo, religião e determinação, amor, verdade, sinceridade, respeito, lealdade, iniciativa, solidariedade, intuição, fé, humildade e inúmeros outros que caberiam aos governantes praticarem para que também fossem praticados pelas massas. Aqui, mais uma vez, os governantes são representados como exemplos seguidos pelas massas:

Esa acción directa e indirecta del conductor, su ejemplo, sus virtudes, sus defectos, sus métodos, sus sistemas, trascienden todos hasta el último escalón de la masa.

“De tal palo, tal astilla”.

Como él sea, será la masa (PERÓN, 1973, p. 140).

---

<sup>6</sup> A psicologia social se desenvolveu após o impacto provocado pela Comuna de Paris (1871) nas elites e governos da Europa. Nas palavras de Le Bon, a psicologia social “(...) constituiu o recurso do estadista que quer, não governar as turbas – isso se tornou hoje muito difícil – porém, pelo menos, não ser completamente governado por elas” (1954, p. XI).



Para usar uma metáfora, as massas são representadas pelo peronismo como crianças ingênuas. Nesse sentido, Eva Perón colocou que os pobres são “(...) mais sinceros, mais francos e mais bondosos (...)” (p. 14) do que os ricos e que são “(...) homens simples, sim. Dizem tudo cruamente, concordo. Não fazem rodeios para dizer o que pensam, de vez que ainda não aprenderam a mentir” (p. 127).

O discurso peronista é atualmente conhecido, de forma pejorativa, como populista, demagógico. As massas são, de fato, protagonistas desse discurso, mas seus enunciadores se representam como seus autênticos representantes com a intenção de anulá-las politicamente. Para resumir em uma única frase, se destaca dos textos de Perón e Evita uma representação das massas como passivas politicamente, homogêneas em pensamentos e ações, emocionais, pouco ou nada racionais e dependentes de lideranças.

### **Germani, Murmis e Portantiero: historiografia, massas e peronismo.**

O peronismo constituiu, sem dúvida, um caso de *manipulação* bem sucedido (...).  
Gino Germani (1973, p. 174).

O peronismo passou a protagonizar as discussões intelectuais argentinas após a queda de Perón em 1955 por um golpe de Estado. Gino Germani é considerado o pai da Sociologia argentina por ter estabelecido a base dessas discussões na historiografia. Inclusive para os críticos, o seu pensamento é, até os dias atuais, fundamental para as reflexões sobre o peronismo.

Germani nasceu na Itália em 1911, onde cursou Administração na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Roma. Na Itália fascista, sua simpatia pelo socialismo o levou a passar um ano confinado em uma ilha. Fora da prisão, seguiu para a Argentina em 1934.

Apenas quatro anos depois, Germani entrou para a Faculdade de Filosofia e Letras (FFeL) da Universidade de Buenos Aires (UBA), onde seria um dos fundadores do Instituto de Sociologia, inaugurado em 1940. A habilidade com os números, o passado anti-fascista e a condição de estrangeiro, o que lhe daria imparcialidade, neutralidade perante os acontecimentos do país, credenciaram o administrador Germani a fazer parte do grupo que concebeu a Sociologia na Argentina.

Com a ascensão política de Perón, a consolidação da Sociologia na Argentina foi prejudicada pela política autoritária do peronismo em relação aos intelectuais e à universidade. Perante essa situação, Germani renunciou ao cargo de professor assistente do Instituto de Sociologia. A partir de então, a sua trajetória passou a se confundir com a trajetória da universidade argentina.

Nos quase dez anos de governo peronista que se seguiram, Germani chegou a exercer a atividade de contador e trabalhou para editoras escrevendo prólogos e traduções. No entanto, durante o período, manteve-se próximo dos demais que se afastaram da universidade durante o governo de Perón, assim como dos afastados. Nesse sentido, colaborou com centros independentes de pesquisa dando aulas e palestras e escrevendo artigos. Seu anti-peronismo e suas atividades em um contexto adverso fizeram com que Germani saísse de uma posição relativamente marginal no meio intelectual argentino para a chefia do Departamento de Sociologia da UBA depois da queda de Perón.

A Sociologia de Germani se representava como científica, o que procurava, naquele contexto marcado pela tensão política, lhe conferir neutralidade e objetividade, para as quais colaboraria a sua condição de estrangeiro. Sua principal tarefa seria explicar o passado recente da Argentina, marcado pelo peronismo e pensar em um projeto para o futuro, no qual não se cogitava o retorno de Perón<sup>7</sup>.

Dessa maneira, a Sociologia de Germani colaborou com a política de desperonização, não somente da universidade, mas da sociedade em geral, empreendida pelos governos que se seguiram a Perón. Essa política defendia que um conhecimento neutro e objetivo somente seria alcançado e a universidade modernizada caso ocorresse a sua desperonização. Logo, na universidade que se seguiu ao golpe de 1955, o autoritarismo continuou presente, apenas com vítimas diferentes. No momento da inscrição dos concursos, por exemplo, os candidatos tinham que declarar que não tinham e que não tinham tido nenhuma ligação com o peronismo.

A historiografia sobre o peronismo começou a ser construída, então, sobre bases fortemente anti-peronistas. No entanto, a representação das massas em termos políticos continuou bastante negativa. A desperonização deslegitimava a fidelidade das massas ao

---

<sup>7</sup> Depois de quase duas décadas de exílio, Perón voltou a ser presidente na década de setenta, mas faleceu antes de completar o seu mandato.

peronismo colocando-a como um problema de falta de educação, cuja solução caberia ao Estado e aos líderes políticos e empresariais. Dessa maneira, a desperonização, apesar de combater o peronismo, também via a tutela das massas como uma necessidade. A deslegitimação da fidelidade das massas ao peronismo pode ser notada quando Germani afirma que é necessário “(...) *oferecer à ação política dessas massas uma mudança de possibilidades que lhes permitam alcançar seus objetivos “reais” (...)*” (1973, p. 289). Ao se representar como científica, a Sociologia de Germani colocava a desperonização como uma necessidade e não como uma disputa política.

Em *Política e sociedade numa época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massas*, publicado em 1962, Germani se propõe a analisar a crise pela qual estava passando a Argentina. Nas suas palavras, o país estava em uma crise total que se estendia “(...) a todos os aspectos da vida, na ordem pessoal e na coletiva” (1973, p. 269). Segundo Germani, a crise foi ocasionada pela rapidez com a qual a Argentina passou de uma democracia de participação limitada, comandada pela oligarquia, para uma democracia com participação ampliada, não total, que teria caracterizado o peronismo.

De acordo com o autor, essa rapidez estava relacionada aos intensos processos de industrialização e urbanização sofridos pelo país durante a primeira metade do século XX. Germani considera que a intensidade desses processos provocou um rápido crescimento e fortalecimento da classe média e dos militares, que teriam passado a ameaçar o domínio político da oligarquia.

Germani considera que durante a etapa de democracia limitada, a massa não teria participado efetivamente da política não apenas pelas limitações impostas pela oligarquia como, também, pela “(...) sua mentalidade, nível de aspirações e expectativas ajustadas às possibilidades e condições concretamente oferecidas pelo tipo de estrutura em que vive” (1973, p. 164), o que demonstra uma representação das massas como naturalmente limitadas, passivas politicamente. Dessa maneira, os novos grupos políticos encabeçados pela classe média e pelos militares teriam encontrado disponíveis para base social essas massas excluídas política e socialmente sob a oligarquia ao prometer-lhes uma maior participação, ainda que limitada. Como exemplos, o autor coloca que participar “(...) de greves, eleger um representante sindical, discutir em pé de igualdade com o patrão (...) são ocasiões para se vivenciar uma modificação efetiva” (1973, p. 175).

Contudo, Germani frisa que o peronismo foi uma democracia de participação ampliada, mas não total. Nesse sentido, o autor coloca que, no peronismo, “(...) esta participação não se realiza através dos mecanismos da democracia representativa (...)” (1973, p. 174), apesar de Perón ter sido eleito. Em outras palavras, Germani considera que o peronismo proporcionou para as massas, apenas, um sentimento de participação política que, então, não teria se manifestado na prática:

A diferença entre a democracia (...) e as formas totalitárias reside justamente no fato de que, enquanto a primeira procura fundar-se sobre uma participação genuína, o totalitarismo utiliza um *ersatz* de participação, cria uma ilusão nas massas de que *agora* são elas o elemento decisivo, o sujeito ativo, na direção da coisa política (1973, p. 276).

Para explicar melhor como apenas esse sentimento de participação política teria sido suficiente para o peronismo conseguir o apoio das massas, Germani recorre, primeiro, ao intenso processo de imigração sofrido pela Argentina no começo do século XX. De acordo com o autor, os imigrantes foram os responsáveis, no campo e nas cidades, pelo desenvolvimento e modernização do país:

A imigração supriu o trabalho necessário à ocupação das terras inexploradas e ao desenvolvimento da produção agrícola que transformou a Argentina, de um país importador em 1870, em um dos principais países exportadores do mundo. Ao mesmo tempo, a imigração sustentou o potencial humano para a construção dos sistemas ferroviários, trabalhos públicos, habitações, assim como para a expansão das atividades comerciais e os setores relacionados aos serviços. Finalmente, foi a população de imigrantes que preencheu a maior parte da mão-de-obra e do empresariado no início do desenvolvimento industrial (1973, p. 209).

Apesar de terem sido inicialmente marginalizados pela condição de estrangeiros, o autor destaca que a passagem dos anos e os sindicatos aumentaram gradualmente a participação dos imigrantes no movimento operário e na política do país de uma maneira mais ampla. Uma das conseqüências dessa crescente participação foi a aprovação, em 1916, da lei Sáenz Peña, que garantiu o voto universal masculino. Em suma, os imigrantes são representados por Germani como modernos e politizados, ao contrário dos argentinos, representados como atrasados e passivos politicamente.

Para Germani, enquanto os imigrantes se destacavam nas atividades mais modernas, os “(...) nativos predominavam nas atividades de tipo artesanal e outras indústrias

domésticas, na burocracia pública e no serviço doméstico” (1973, p. 215). Assim, o autor relaciona as atividades econômicas desempenhadas pelos imigrantes e migrantes aos seus respectivos comportamentos políticos. Sobre o gaúcho, argentino do interior, Germani discorre o seguinte:

Faltavam-lhe hábitos de regularidade, poupança, previsão e cálculo racional em seu comportamento (...) Não tinha aspirações à ascensão social; particularmente, não desejava chegar a possuir terras de sua propriedade. Sua condição de dependência achava-se totalmente interiorizada e se transformava em uma adesão pessoal ao estanciero, orientada por sentimentos de fidelidade, lealdade e admiração (...) Nas áreas rurais, e provavelmente nos estratos mais baixos das pequenas cidades e centros urbanos, a população também carecia de identificação nacional; a lealdade era principalmente local, e comumente personificada pelo *caudillo* (1973, p. 227).

Como Perón e Evita, Germani coloca, na passagem acima, as massas argentinas como pouco ou nada racionais, dependentes de lideranças e sentimentais. Nesse ponto, também, a influência de Sarmiento torna-se bastante clara<sup>8</sup>. Como Sarmiento, Germani concebe uma Argentina moderna e politizada, enfim, civilizada e uma Argentina atrasada e passiva politicamente, enfim, bárbara. Foi essa segunda Argentina que, segundo o autor, apoiou Perón.

Para justificar essa afirmação, Germani se apoia em dados que demonstram a intensidade da migração do campo para as cidades durante as décadas de trinta e quarenta. De acordo com o autor, a inexperiência política desses migrantes teria facilitado a sua cooptação pelo peronismo, teria feito com que apenas o sentimento de participação política bastasse para apoiarem Perón:

Em primeiro lugar, recordemos que na Argentina, desde até mais de uma década, não existia tampouco a democracia formal; com poucas exceções, não havia eleições livres, a atividade sindical era muito perseguida, e os partidos desempenhavam sua função com dificuldade. Em segundo lugar, o processo de rápida industrialização, iniciado no começo da década de trinta, havia produzido a transplantação de grandes massas rurais, sem experiência política nem sindical, para as cidades, particularmente a Grande Buenos Aires. Para essas massas essa pseudoliberalidade da ditadura foi a única experiência direta de uma afirmação dos próprios desejos (1973, p. 281).

---

<sup>8</sup> Durante a guerra civil entre unitários e federalistas que marcou o século XIX argentino, o unitário Domingo Faustino Sarmiento, que foi presidente entre 1868 e 1874, colocou em *Facundo: civilização e barbárie* (1845), sua obra mais conhecida, que a Argentina era um país marcado pelo embate entre a civilização, representada pelos unitários e a barbárie, encarnada nos federalistas.

É verdade que, nessa e em outras passagens, Germani não desvaloriza totalmente o sentimento de participação política das massas durante o peronismo ao destacar que, sob a oligarquia, não existia nem sequer este sentimento. Nesse sentido, o autor pondera que a conduta das massas argentinas durante o governo de Perón não deve ser encarada como “(...) cega irracionalidade” (1973, p. 288).

No entanto, ainda que tenha diminuído, Germani não eliminou completamente a irracionalidade que via na conduta das massas. Essa ponderação não é suficiente para diminuir a sua proximidade com a representação das massas pelo peronismo como passivas politicamente. Basta lembrar que Perón afirmou que as massas não pensavam, sentiam e que Evita, querendo criar um vínculo com as massas, colocou que se deixava levar mais pelo sentimento do que pela razão.

Em suma, ao colaborar com a desperonização, Germani, assim como Perón e Evita, considerava que as massas deveriam ser conduzidas. Ao colocar o peronismo dessas massas como falta de educação e irracionalidade, o autor também representava as massas como pouco ou nada racionais. Ao defender que as massas tiveram apenas um sentimento de participação, Germani, como o peronismo, acreditava que as massas não apenas deveriam como poderiam ser controladas politicamente.

Em 1966, a Argentina sofreu um novo golpe de Estado. A universidade e a Sociologia foram, mais uma vez, duramente abaladas. Perante esse novo golpe, muitos professores do Departamento de Sociologia da UBA novamente se demitiram. Nesse ano, Germani estava nos Estados Unidos e não retornou mais para a Argentina. Morreu treze anos depois na Itália, onde nasceu.

Uma revisão da historiografia sobre o peronismo influenciada por Germani começou a ganhar contornos mais expressivos na década de setenta com a publicação de *Estudos sobre as origens do peronismo*, dos também sociólogos de esquerda Miguel Murmis e Juan Carlos Portantiero. O texto, escrito entre 1969 e 1970, foi publicado originalmente pelo Instituto Torcuato Di Tella, instituição independente de pesquisa e ensino que, como as demais, abrigou professores afastados e que se afastaram da universidade depois de 1966.

Murmis e Portantiero recusam a divisão das massas argentinas por Germani em imigrantes experientes e politizados e migrantes inexperientes e passivos politicamente,

além das explicações psicológicas que justificam a adesão das massas ao peronismo apenas por um sentimento de participação política. Os autores defendem que a expressiva industrialização durante a chamada década infame sem uma distribuição de renda efetiva e a forte repressão ao movimento operário uniram os imigrantes e migrantes em torno de reivindicações como as leis trabalhistas e uma maior participação política. Dessa forma, com as medidas implantadas por Perón, as massas argentinas teriam sido finalmente atendidas em algumas das suas reivindicações. O que Germani considera apenas um sentimento de participação política, Murmis e Portantiero colocam como antigas reivindicações das massas, em uma perspectiva mais histórica do movimento operário argentino. Ao invés de destacarem, como Germani, um controle das massas pelo peronismo, Murmis e Portantiero defendem que, inicialmente, aconteceu uma aliança entre Perón e as massas:

(...) a maioria dos sindicatos – velhos e novos – articula uma política de alianças com um setor do aparelho do Estado, sem abdicar, durante esse processo, reforçando ao contrário – tal como o prova a criação do Partido Laborista – suas pretensões tradicionais de autonomia e de independência ante outros setores sociais (1973, p. 66).

Os autores consideram, então, a adesão das massas ao peronismo como uma atitude racional e não irracional como Germani. Dentro das possibilidades oferecidas na década de quarenta, o peronismo teria sido a mais adequada pelo atendimento de antigos anseios das massas. Em outras palavras, Murmis e Portantiero dotam as massas da condição de agentes históricos, conscientes das decisões que tomam. Nesse sentido, Murmis e Portantiero consideram que “(...) é difícil caracterizar como passiva, heterônoma e com vistas curtas (...)” (1973, p. 63) a adesão das massas ao peronismo. Essa revisão indica que, naquele momento, o choque principal do meio intelectual argentino não era mais com Perón e, sim, com o golpe de 1966.

Porém, na conclusão do livro, Murmis e Portantiero questionam a sua própria representação das massas como ativas politicamente e se aproximam da representação desenvolvida pelo peronismo e por Germani. Isso porque os autores afirmam que não houve “(...) uma dissolução da autonomia em favor da heteronomia operária, no momento inicial do peronismo na Argentina, mas, em todo caso, em uma etapa posterior”

(1973, p. 101). Dessa maneira, Murmis e Portantiero consideram que o controle das massas pelo peronismo foi crescente. Logo, apesar de não terem desenvolvido essa ponderação final, acabam intensificando a representação das massas argentinas como passivas politicamente desenvolvida por Germani. Afinal de contas, enquanto Germani atribui passividade sobretudo aos migrantes, Murmis e Portantiero sugerem, com essa ponderação, que as massas em geral tornaram-se passivas com a consolidação do peronismo, pois recusam a sua divisão em imigrantes e migrantes.

Em poucas palavras, a revisão de Germani feita por Murmis e Portantiero não foi total. A propósito, os autores nunca se propuseram a desqualificar Germani, muito pelo contrário. A revisão foi, basicamente, na base social de Perón, na qual incluíram os imigrantes e no apoio inicial ao peronismo, que encararam como aliança ao invés de passividade política. No entanto, na conclusão, mantiveram a passividade como uma característica das massas, o que demonstra, além da força do pensamento de Germani, a continuidade de uma política que buscava, e ainda busca, legitimar o intelectual como aquele capaz de revelar para as massas a verdade, suas reais necessidades e a melhor maneira de consegui-las.

### **Considerações finais: das ruas para o papel, a modelação das massas.**

A história trata de seres capazes, por natureza, de fins conscientemente procurados (BLOCH, 1976, p. 124).

Evidentemente que a historiografia sobre o peronismo não se esgota em Germani, Murmis e Portantiero, apesar de serem considerados autores clássicos sobre o tema. No entanto, a intenção deste artigo não era, exatamente, explorar a historiografia sobre o peronismo, mas indicar, a partir de uma comparação de parte dela com o pensamento de Perón e Evita, como as massas são representadas como passivas politicamente tanto pela direita quanto pela esquerda, tanto pelos políticos quanto pelos acadêmicos que, assim, buscam se legitimar perante a sociedade: se as massas são passivas politicamente, elas precisariam ser orientadas por alguém, por algum grupo ou por algum princípio. Dessa maneira, não se sustenta a pretensão de uma Sociologia científica, objetiva e neutra. Os fins conscientemente procurados das massas são desconsiderados perante os fins



conscientemente procurados de políticos e intelectuais de diferentes tendências políticas. Por isso, parte da historiografia que qualifica o discurso peronista como demagógico e populista pode ser perfeitamente caracterizado do mesmo modo.

### **Bibliografia.**

- BLOCH, Marc. *Introdução à História*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.
- CHARTIER, R. *A história cultural: entre práticas e representações*. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.
- DIAS, J. A. Greve geral para Argentina; conflito no norte mata um. *Folha de São Paulo*, São Paulo, 25 de novembro de 2000, Dinheiro, p. B3.
- GERMANI, G. *Política e sociedade numa época de transição: da sociedade tradicional à sociedade de massas*. São Paulo: Mestre Jou, 1973.
- GONZÁLEZ, H. *Evita*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- LE BON, G. *Psicologia das multidões*. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1954.
- MURMIS, M.; PORTANTIERO, J. C. *Estudos sobre as origens do peronismo*. São Paulo: Brasiliense, 1973.
- NEIBURG, F. *Os intelectuais e a invenção do peronismo: estudos de antropologia social e cultural*. São Paulo: Editora da USP, 1997.
- PERÓN, E. *A razão de minha vida*. Rio de Janeiro: Freitas Bastos.
- PERÓN, J. D. *Conducción política*. Buenos Aires: Freeland, 1973.
- PRADO, M. L. *O populismo na América Latina: Argentina e México*. São Paulo: Brasiliense.
- SARMIENTO, D. F. *Facundo: civilização e barbárie*. Petrópolis: Vozes, 1997.
- SIGAL, S.; VERÓN, E. *Perón o muerte: los fundamentos discursivos del fenómeno peronista*. Buenos Aires: Legasa, 1986.